

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **CESTAS BÁSICAS (gêneros alimentícios)**, para atender as necessidades da Proteção Social Básica/Benefícios Eventuais no atendimento as demandas das famílias em vulnerabilidade social, referenciadas nas 04 (quatro) unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Nova Friburgo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos Termos da Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis;
1.4	Período:	12 (doze) meses;
1.5	Tipo:	Menor preço global por lote, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
01	Cestas básicas embaladas individualmente, contendo os gêneros alimentícios conforme descritos nos subitens abaixo: CATMAT: 113026		Und	6.428
	1.1 Achocolatado em pó, embalagem original com 400g - CATMAT: 463554		pct	6.428
	1.2 Açúcar cristal especial, embalagem original com 2kg - CATMAT: 463990		pct	6.428
	1.3 Arroz agulhinha Tipo 1, embalagem original com 5kg - CATMAT: 458904		pct	6.428
	1.4 Biscoito doce tipo Maria ou Maizena, embalagem original com 200g - CATMAT: 232236		pct	6.428

	1.5 Biscoito salgado tipo cream cracker, embalagem original com 200g - CATMAT: 402158		pct	6.428
	1.6 Café torrado e moído, selo Abic, embalagem original 500g - CATMAT: 463585		pct	6.428
	1.7 Farinha de trigo, embalagem original 1kg - CATMAT: 460263		pct	6.428
	1.8 Farinha de mandioca tipo 1, seca, fina, branca, crua, embalagem original com 1kg - CATMAT: 458918		pct	6.428
	1.9 Feijão preto, grupo 1, tipo 1, embalagem original 1kg - CATMAT: 464552		pct	12.856
	1.10 Fubá de milho, extra, embalagem original 1kg - CATMAT: 470688		pct	6.428
	1.11 Leite em pó integral instantâneo, embalagem original 400g - CATMAT: 446019		pct/lt	12.856
	1.12 Massa alimentícia com ovos tipo espaguete nº8, embalagem original 500g - CATMAT: 458951		pct	6.428
	1.13 Óleo de soja, tipo 1, refinado, embalagem original 900ml - CATMAT: 244580		vd	12.856
	1.14 Extrato, tomate; concentrado, em embalagem original com no mínimo 300g - CATMAT: 459670		pct	6.428
	1.15 Sal; refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg - CATMAT: 448219		pct	6.428
	1.16 Sardinha em conserva, óleo comestível, em lata original 125g - CATMAT: 449006		lt	6.428
	1.17 Milho verde em conserva; em embalagem original com 200g (peso drenado) - CATMAT: 462824		lt	6.428
	1.18 Salsicha em conserva; embalagem original com 180g (peso drenado) - CATMAT: 447724		lt	12.856
	1.19 Embalagem para cesta básica; em polipropileno, com medida aproximada 106x70 cm - CATMAT: 476674		Und	6.428
COTA RESERVADA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
01	Cestas básicas embaladas individualmente, contendo os gêneros alimentícios conforme descritos nos subitens abaixo: CATMAT: 113026		Und	572
	1.1 Achocolatado em pó, embalagem original		pct	572



	com 400g - CATMAT: 463554			
	1.2 Açúcar cristal especial, embalagem original com 2kg - CATMAT: 463990		pct	572
	1.3 Arroz agulhinha Tipo 1, embalagem original com 5kg - CATMAT: 458904		pct	572
	1.4 Biscoito doce tipo Maria ou Maizena, embalagem original com 200g - CATMAT: 232236		pct	572
	1.5 Biscoito salgado tipo cream cracker, embalagem original com 200g - CATMAT: 402158		pct	572
	1.6 Café torrado e moído, selo Abic, embalagem original 500g - CATMAT: 463585		pct	572
	1.7 Farinha de trigo, embalagem original 1kg - CATMAT: 460263		pct	572
	1.8 Farinha de mandioca tipo 1, seca, fina, branca, crua, embalagem original com 1kg - CATMAT: 458918		pct	572
	1.9 Feijão preto, grupo 1, tipo 1, embalagem original 1kg - CATMAT: 464552		pct	1.144
	1.10 Fubá de milho, extra, embalagem original 1kg - CATMAT: 470688		pct	572
	1.11 Leite em pó integral instantâneo, embalagem original 400g - CATMAT: 446019		pct/lt	1.144
	1.12 Massa alimentícia com ovos tipo espaguete nº8, embalagem original 500g - CATMAT: 458951		pct	572
	1.13 Óleo de soja, tipo 1, refinado, embalagem original 900ml - CATMAT: 244580		vd	1.144
	1.14 Extrato, tomate; concentrado, em embalagem original com no mínimo 300g - CATMAT: 459670		pct	572
	1.15 Sal; refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg - CATMAT: 448219		pct	572
	1.16 Sardinha em conserva, óleo comestível, em lata original 125g - CATMAT: 449006		lt	572
	1.17 Milho verde em conserva; em embalagem original com 200g (peso drenado) - CATMAT: 462824		lt	572
	1.18 Salsicha em conserva; embalagem original com 180g (peso drenado) - CATMAT: 447724		lt	1.144
	1.19 Embalagem para cesta básica; em polipropileno, com medida aproximada 106x70 cm - CATMAT: 476674		Und	572

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	Cestas básicas embaladas individualmente, contendo os gêneros alimentícios conforme descritos nos subitens abaixo: CATMAT: 113026	Unid.	7.000
	1.1 Achocolatado em pó, embalagem original com 400g - CATMAT: 463554	Unid.	7.000
	1.2 Açúcar cristal especial, embalagem original com 2kg - CATMAT: 463990	Unid.	7.000
	1.3 Arroz agulhinha Tipo 1, embalagem original com 5kg - CATMAT: 458904	Unid.	7.000
	1.4 Biscoito doce tipo Maria ou Maizena, embalagem original com 200g - CATMAT: 232236	Unid.	7.000
	1.5 Biscoito salgado tipo cream cracker, embalagem original com 200g - CATMAT: 402158	Unid.	7.000
	1.6 Café torrado e moído, selo Abic, embalagem original 500g - CATMAT: 463585	Unid.	7.000
	1.7 Farinha de trigo, embalagem original 1kg - CATMAT: 460263	Unid.	7.000
	1.8 Farinha de mandioca tipo 1, seca, fina, branca, crua, embalagem original com 1kg - CATMAT: 458918	Unid.	7.000
	1.9 Feijão preto, grupo 1, tipo 1, embalagem original 1kg - CATMAT: 464552	Unid.	14.000
	1.10 Fubá de milho, extra, embalagem original 1kg - CATMAT: 470688	Unid.	7.000
	1.11 Leite em pó integral instantâneo, embalagem original 400g - CATMAT: 446019	Unid.	14.000
	1.12 Massa alimentícia com ovos tipo espaguete nº8, embalagem original 500g - CATMAT: 458951	Unid.	7.000
	1.13 Óleo de soja, tipo 1, refinado, embalagem original 900ml - CATMAT: 244580	Unid.	14.000
	1.14 Extrato, tomate; concentrado, em embalagem original com no mínimo 300g - CATMAT: 459670	Unid.	7.000
	1.15 Sal; refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg - CATMAT: 448219	Unid.	7.000
	1.16 Sardinha em conserva, óleo comestível, em lata original 125g - CATMAT: 449006	Unid.	7.000
	1.17 Milho verde em conserva; em embalagem original com 200g (peso drenado) - CATMAT: 462824	Unid.	7.000
	1.18 Salsicha em conserva; embalagem original com 180g (peso drenado) - CATMAT: 447724	lata	14.000
	1.19 Embalagem para cesta básica; em polipropileno, com medida aproximada 106x70 cm - CATMAT: 476674	Unid.	7.000

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisição de cestas básicas para o atendimento as demandas por benefícios eventuais através da Proteção Social Básica;

3.2 A presente aquisição de CESTAS BÁSICAS (gêneros alimentícios) possui o fito de atender as necessidades da Proteção Social Básica/Benefícios Eventuais no que concerne a regular distribuição dos gêneros alimentícios para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, de forma eventual e temporária, referenciadas nas 04 (quatro) unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, responsável pelas ações de implementação das políticas públicas sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do Município de Nova Friburgo;

3.3 Nova Friburgo é um Município brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, região serrana, com uma população estimada atualmente em 190.631 (cento e noventa mil e seiscentos e trinta e um habitantes) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A SMASDHPPJ conta com quatro Unidades CRAS em funcionamento. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF, em Nova Friburgo estão implantados nos bairros Centro, Olaria, Conselheiro e Campo do Coelho. É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais interurbanas e a importância da presença das políticas sociais para reduzir essas desigualdades. Previne situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nas localidades, tendo como principal foco de atuação o trabalho com famílias;

3.4 Com o início da pandemia causada pela Covid-19 em março de 2020, houve um aumento de famílias que perderam suas rendas e recorreram aos programas e benefícios (benefícios eventuais) ofertados nos equipamentos socioassistenciais (CRAS). Os dados apontam aumento significativo das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no município

e, conseqüentemente, a procura pelo benefício eventual (cesta básica) vem aumentando mensalmente;

3.5 Atualmente, o Município tem aproximadamente 18.700 (dezoito mil e setecentas) famílias inseridas nos Programas socioassistenciais, sendo 7.213 (sete mil, duzentos e treze) famílias em situação de extrema pobreza, 1.861 (um mil e oitocentos e sessenta e uma) famílias em situação de pobreza, 4.397 (quatro mil e trezentos e noventa e sete) famílias de baixa renda e 6.315 (seis mil, trezentos e quinze) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ambas referenciadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) entre outros, Proteção Social Básica, sendo atendidas pelas equipes técnicas dos CRAS. Destacamos pois, que uma das principais demandas apresentadas pelas famílias é o Benefício Eventual Auxílio Alimentação, assegurados pela Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, regulamentado no Município pelo Decreto 94 de 4 de junho de 2014, alterado pelo Decreto 164 de 4 de agosto de 2017 e demais normas aplicáveis. Diante do exposto, o Fundo Municipal de Assistência Social, necessita adquirir cestas básicas para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social que demandarem esse benefício;

3.6 As estimativas correspondentes foram baseadas nos atendimentos realizados nas unidades CRAS do Município de Nova Friburgo, bem como, os dados oficiais do Ministério da Cidadania, levando-se em consideração que o número de atendimentos é variável mês a mês. Portanto, a quantidade de distribuição de cestas básicas mensal é igualmente variável. Os critérios de elegibilidade aos benefícios eventuais são estabelecidos nas normas gerais do SUAS e regulamentação Municipal através dos Decretos: nº 94 de 04 de junho de 2014 e alteração através do nº 164 de 04 de agosto de 2017;

3.7 A aquisição pretendida será procedida pelo Sistema de Registro de Preços SRP) nos termos da Lei 10.520/2002 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis;

3.8 Por fim, registramos o nosso compromisso com as diretrizes do Ministério da Cidadania: "A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua

subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e sobretudo, os processos civilizatórios. Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidade de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.”

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública, contudo, as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (Art. 58 da lei nº 11.101/2002);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 O proponente deverá levar em consideração os seguintes aspectos imediatamente especificados, com vistas à elaboração de sua respectiva proposta de preços:

5.2 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de entrega das propostas, em consonância com a legislação

vigente. As propostas que omitirem o seu prazo de validade serão consideradas como válidas pelo período supracitado;

5.3 A pretensa contratada deve observar e levar em consideração para cálculo de custos o período de validade das propostas bem como o período de vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4 Nos preços apresentados/registrados deverão estar inclusos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo pessoal da licitante, como também, custo com fardamento; transportes de qualquer natureza; materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados; depreciação; aluguéis; administração; impostos; taxas; emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, influenciem no fiel cumprimento das obrigações por parte da pretensa contratada.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.32.03
5.1.2	Fonte de Recurso:	10 e 01
5.1.2	Programa de Trabalho:	36.001.0824400222043

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 214, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura da Ata de Registro de Preços):

Nome do requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
Endereço de entrega:	Avenida Alberto Braune, 224 - sala 214 - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28613-001 e/ou Praça Pres. Getúlio Vargas, 92 - Centro, Nova Friburgo - RJ CEP: 28605-020 e/ou Avenida Antônio Mário de Azevedo, 307 - Duas Pedras - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28630-590.
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os produtos que compõem a cesta, deverão ter o prazo de validade, na data de entrega não inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

7.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.5 Os ITENS serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;

- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das cestas básicas de gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega das cestas básicas com gêneros alimentícios embaladas conforme disposto no item 2 (dois) deste instrumento em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, as cestas básicas com avarias ou defeitos, ou outro problema identificado pela equipe de fiscalização;

11.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.8 Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.9 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude;

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Márcio André de Freitas Silva	115190	Gestor titular
Yañes José Martinez	115200	Gestor substituto
Edilene Gorete Torres Laett	62751	Fiscal titular
Izabela Silveira Lengruber	115232	Fiscal substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Proteção Social Básica/ Benefícios Eventuais CAD Único e Programa Bolsa Família, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa:

16.3.2.1 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

16.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 12 de novembro de 2021.

GESTOR:		APOIO TÉCNICO:	
<hr/> Márcio André de Freitas Silva Matr.: 115190		<hr/> Renatiele Santos da Silva Copque Matr.: 62699	
APOIO TÉCNICO:		APOIO TÉCNICO:	
<hr/> Edilene Gorete Torres Laett Matr.: 62751		<hr/> Izabela Silveira Lengruber Matr.: 115232	

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Márcio José Corrêa Alves

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude
Matr.: 62729

ANEXO I - COMPOSIÇÃO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS		
1.1 Achocolatado em pó, embalagem original com 400g	Unid.	01
1.2 Açúcar cristal especial, embalagem original com 2kg	Unid.	01
1.3 Arroz agulhinha Tipo 1, embalagem original com 5kg	Unid.	01
1.4 biscoito doce tipo Maria ou Maizena, embalagem original com 200g	Unid.	01
1.5 biscoito salgado tipo cream cracker, embalagem original com 200g	Unid.	01
1.6 Café torrado e moído, selo Abic, embalagem original 500g	Unid.	01
1.7 farinha de trigo, embalagem original 1kg	Unid.	01
1.8 Farinha de mandioca tipo 1, seca, fina, branca, crua, embalagem original com 1kg.	Unid.	01

1.9 Feijão preto, grupo 1, tipo 1, embalagem original 1kg	Unid.	02
1.10 Fubá de milho, extra, embalagem original 1kg	Unid.	01
1.11 Leite em pó integral instantâneo, embalagem original 400g	Unid.	02
1.12 Massa alimentícia com ovos tipo espaguete nº8, embalagem original 500g	Unid.	01
1.13 Óleo de soja, tipo 1, refinado, embalagem original 900ml	Unid.	02
1.14 Extrato, tomate; concentrado, em embalagem original com no mínimo 300g	Unid.	01
1.15 Sal; refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg	Unid.	01
1.16 Sardinha em conserva, óleo comestível, em lata original 125g	Unid.	01
1.17 Milho verde em conserva; em embalagem original com 200g (peso drenado)	Unid.	01
1.18 Salsicha em conserva; embalagem original com 180g (peso drenado)	lata	02